

Editorial

DOSSIÊ: I FÓRUM PRÉ-ALAS – UFES

Modernidade-colonialidade, Darcy Ribeiro e os desafios do desenvolvimento no século 21

Nos dias 16 e 17 de maio de 2011, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS-UFES) realizou o *I Fórum PRÉ-ALAS UFES*, reunindo estudiosos da América Latina para pensar a América Latina do ponto de vista global e local simultaneamente. Inspirados pelo empenho intelectual do latino-americano e brasileiro **Darcy Ribeiro** (1922-1997), defensor da produção de um pensamento *não colonizado* no continente, capaz de dialogar simetricamente com quadros analíticos produzidos alhures, criticando conceitos, propondo outros, tendo em vista a diversidade das experiências históricas, o I Fórum proporcionou fecundas interlocuções.

Recusando um modelo único de explicação do mundo, Darcy estimula-nos no esforço necessário de se expandir os cânones das ciências sociais e das humanidades hoje, se é nosso intento explicar/interpretar a *modernidade entrelaçada*, tal como define a socióloga indiana Shalini Randeria (2009) da Universidade de Zurique. Assim, urge a revisão e a expansão dos programas de pesquisa na contemporaneidade a incluir os povos não-ocidentais ou aqueles nomeados “do Sul”. Não somos nós a propor a elaboração de categorias exclusivas para a compreensão das dinâmicas sociais que marcam as experiências não-européias, se não que lembramos que qualquer “ferramenta teórica” foi pensada em razão de um contexto específico, de maneira que não podem ser tomadas como “universais” a não ser mediante uma rigorosa crítica epistemológica-metodológica.

Visando ao diálogo entre pesquisadores e público, supomos contribuir com este através da publicização das reflexões havidas em nosso *I Fórum Pré-Alas UFES*, que contou com o apoio da FAPES e do FACITEC, além do “Programa Cátedras IPEA para o Desenvolvimento”, bem como de nossa universidade, tendo sido promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES. A *SINAIS* — Revista Eletrônica do NEI-UFES — acolhe tais reflexões e viabiliza o que é, talvez, a principal função social da universidade: a democratização do conhecimento nela produzido.

O primeiro artigo, de autoria de **Adelia Miglievich-Ribeiro**, situa Darcy Ribeiro no pensamento crítico latino-americano de seu tempo e propõe conexões entre este e o movimento intelectual mais recente reconhecido sob a rubrica de “estudos pós-coloniais”. Traz a intenção, portanto, de desfazer alguns impasses criados entre linhagens teóricas que, a seu ver, afetam de modo prejudicial o êxito da proposta de “descolonização epistêmica” destacada pelo pós-colonial. Assim, explicita que este não se constitui nem se constituirá numa matriz teórica única, mas, por vias diferentes, põe em xeque as significações até então incontestes — porque “naturalizadas” — de *modernidade, iluminismo, atraso, desenvolvimento, assimilação, racionalidade, irracionalidade*, dentre outros. Admite que o pós-colonial, nascido pelas mãos, sobretudo, dos intelectuais diaspóricos que eram obrigados a deixar suas “casas” para estudar na Europa ou nos EUA, vindos das diversas *áfricas* e *ásias*, pode permitir a interlocução entre América Latina, África e Ásia, em que pese a descolonização na América Latina ter se dado um século antes, a persistência do *neo-colonialismo* e a crise da chamada *sociologia da modernização*. Darcy Ribeiro é tomado como exemplo, na análise de “O Processo Civilizatório” (1968), escrito quando o mesmo também vivia a *sua diáspora*, perseguido pelo governo autoritário implantado no Brasil, em 1964. No livro, o antropólogo, sem se descolar de seu contexto, por certo, nega a realidade da “raça” como critério válido para classificações que se propunham científicas; aposta no chamado “culturalismo” e traz o conceito de “evolução multilinear” que o afasta de um telos único a direcionar os rumos das populações mundiais. Reunindo Boas,

Steward, Engels, dentre outros, atualiza a dialética marxista para que esta contemple o que chamou “povos novos”. Um exercício de pensamento autônomo traduzido em dezenas de idiomas no mundo, tornado um pouco mais amplo após suas pesquisas.

Em seguida, **Eliane Veras Soares** escreve sobre “Florestan Fernandes e os dilemas intelectuais contemporâneos”. Observando que Darcy Ribeiro e Florestan, contemporâneos, que nasceram nos inícios de 1920 e morreram nos meados da década de 1990, constituíram-se como intelectuais típicos do século 20 no cenário nacional, engajados e *fazedores* de instituições, realizadores de grandes projetos e escritores de densa e vasta obra interpretativa do Brasil, um pelo viés antropológico outro pelo sociológico. Amigos de longa data, no final da vida, contudo, divergiram na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e romperam relações. Contudo, segundo a socióloga Heloísa Fernandes, filha de Florestan Fernandes, mesmo após a ruptura, os olhos de Florestan Fernandes marejavam quando se mencionava o nome de Darcy Ribeiro. Talvez possamos intuir que Darcy também sofresse com a ruptura e que ambos desperdiçaram em vida, teimosos, a chance da reconciliação. O que se sabe é que a admiração mútua persistiu — *rompidos* os amigos. Unia-os um ritmo de trabalho excepcionalmente intenso, a obsessão com um Brasil que não se consolidara (ainda) como sociedade justa, o sentido público das respectivas vocações. Eliane Veras Soares apresenta as marcas de Florestan Fernandes na Sociologia Brasileira e reporta aos vários estudos que a antecedem em seu labor. Chama-nos atenção, porém, para como, a partir de 1990, o pensamento de Florestan passa a ser visto com *desconfiança* pelos seus próprios pares e gerações que se sucedem. Busca entender tal *movimento* que coincide com a evidência de Fernando Henrique Cardoso, um de seus discípulos que dele se distanciaria drasticamente na avaliação dos rumos da política brasileira, então eleito presidente da república. Ao mesmo tempo, recorda o sociólogo Francisco Oliveira que afirmou que a sociologia transformara-se numa disciplina supérflua, cujo objeto se convertera nos pequenos rituais do cotidiano, abrindo

mão das questões fundantes do pensar sociológico e do rigoroso trabalho de análise dos dilemas nacionais e mundiais. Defende, pois, em que pesem tais constatações, a atualidade do estudo da obra e trajetória de Florestan Fernandes para uma sociologia comprometida com o tempo presente.

Adrian Scribano, em “Un bosquejo conceptual del estado actual de la sujeción colonial”, discute as questões relativas ao imperialismo, à dependência e ao estatuto colonial, ideias que, se desprezadas, implicam a negação do entendimento acerca da dinâmica societária latino-americana ontem e hoje. Por isso, desconfia das reflexões pós-coloniais que não têm incluído, o paradigma da *modernidade-colonialidade* ou do *sistema-mundo* em sua percepção, fazendo desaparecer objetos centrais das reflexões clássicas que ainda não podem ser subestimados, a exemplo do próprio capitalismo que, ainda nas metamorfoses, mantém-se como lógica de dominação a conduzir a incessante concentração económica depredatória, expulsão, encarceramento e confinamento de milhões de seres humanos no planeta, reinventando, sob o nome de “estado de exceção”, variações de “campos de concentração”. Em seu artigo, articula a força do capitalismo à sua competência na construção do que chama “política das emoções”, capaz, dentre outros, de fazer as pessoas comuns crerem que os conflitos são necessariamente nocivos, culpabilizando os movimentos sociais que ousam se antepor às assim cunhadas “atividades construtoras da paz”. Ressalta o *marketing* que tão bem trabalha as subjetividades, anestesiando as paixões e administrando as percepções sem que mais se conteste, a exemplo da “democratização” no uso do celular, a dependência tecnológica do Estado-Nação, a depredação do patrimônio público, a subalternidade colonial, tendo sido satisfeitas aparetemente as necessidades imediatas dos consumidores. As tramas imperialistas são complexas, segundo o autor, e conhecem bem os “mecanismos de suportabilidade social”, haja vista o número de especialistas contratados. Aborda ainda o tema da acumulação e distribuição desigual da água em escala planetária, a questão dos transgênicos e das drogas (legais e ilegais),

reforçando a tese da *modernidade-colonialidade* na explicitação da violência colonial contida como a outra face da moeda: a modernidade.

Marcelo Arnold-Cathalifaud, em “Las ciencias sociales latinoamericanas, sus condiciones y desafíos ante la sociedad del siglo veintiuno”, partindo da constatação da ainda escassa presença das ciências sociais produzidas na América Latina no cânone mundial contemporâneo, examina a produção latino-americana na interface com a atual *estandarização* da produção mundial, de modo a expor alguns desafios e dilemas para esse saber em nossa região. Tem clareza de que a institucionalização das ciências sociais, tendo se dado primeiramente nos ditos países ocidentais e desenvolvidos, ainda reproduz relações típicas de centro e periferia nas ciências sociais latino-americanas, haja vista a presença farta de autores estadunidenses, ingleses, franceses ou alemães na formação de nossos alunos. Apesar de algumas teorias nascidas latino-americanas e de projeção global, a exemplo da teoria da dependência ou da filosofia da libertação, a difusão científica a partir da *periferia* é débil, em que pesem os pólos alternativos de conhecimento existentes bem como a inserção de pesquisadores latino-americanos nos centros propriamente produtores de conhecimento. Arnold-Cathalifaud observa como uma das razões para esse isolamento o critério de medição da produtividade dos pesquisadores mediante os artigos por estes escritos nas publicações científicas indexadas que, massivamente, são em inglês. A realidade da globalização, neste caso, não surge como uma oportunidade de maior democratização da comunicação e/ou colaboração científica entre países economicamente desiguais. Se, desde suas origens, as ciências sociais têm pretensões universalistas, há nítidas assimetrias entre a divulgação em nível mundial de produções latino-americanas se comparadas às estadunidenses em primeiro lugar e às européias, em segundo lugar. Em seu ponto de vista, qualquer estratégia de enfrentamento deste quadro requer o esforço continental de revisão crítica de nossa rica tradição de pensamento social, a par da recepção criativa das correntes internacionais, se nos dispusermos a nos apresentar no mundo como cientistas sociais latino-americanos.

Pablo de Marinis, em “Derivas de la comunidad: algunas reflexiones preliminares para una teoría sociológica en (y desde) América Latina”, propõe a atualização do conceito sociológico basilar de “comunidade” em contraste ao de “sociedade-estado-nacional”, a fim de reivindicar a potencialidade analítica do primeiro conceito em face de dilemas postos contemporaneamente ao segundo. Reconstrói na história das ciências sociais os distintos sentidos do conceito “comunidade” que, gerado em contexto europeu entre marxistas e não-marxistas, de Tönnies a Bauman, passando por Parsons, crê ter sido resignificado em contexto latino-americano, a exemplo das análises de Simón Bolívar sobre o domínio britânico na Índia. O autor posiciona-se em face da tensão entre universalismo e nacionalismo metodológicos, ciente de que muitas vezes a pretensão universalista serviu para culturas nacionais alhures operacionalizarem análises que mantinham uma versão degradada e menor da América Latina no contraste com um referencial externo a ser seguido como única chance de se escapar à “barbárie”. Em contrapartida, podemos desenvolver localmente teorias mais autônomas e globais sem abdicar das especificidades latino-americanas. Assim, propõe hoje a ressemantização da “comunidade” — palavra que tem sido mais cara aos antropólogos do que aos sociólogos —, a fim de pensar desde os novos movimentos sociais até as redefinições do Estado hoje, buscando não a recusa das conquistas fundadas na ideia de autonomia do agente, mas sua complementaridade com moralidades heterônomas coexistentes quando observamos as comunidades empíricas. Não é demais supor que o autor tenha em vista o debate acerca das comunidades supra-nacionais.

O sexto artigo, “Movimentos Sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos”, de **Remo Mutzenberg**, expõe um dos temas centrais das ciências sociais — e não menos das ciências sociais latino-americanas — a saber, as ações coletivas frente às transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e cognitivas, em seus desdobramentos tal como a heterogeneidade hoje do campo e dilemas identitários. Reconstrói a trajetória dos movimentos sociais de 1970 aos anos mais recentes, estes marcados pela

eleição de candidatos de partidos de esquerda, e pergunta se são protagonistas de uma nova *cultura política* e como ela se expressa em suas *políticas culturais*, definidas como práticas de significação do mundo. Ressalta que, na América Latina, os efeitos e tendências distintas da globalização, o crescimento de partidos de esquerda (ou centro-esquerda) e a presença indígena na cena política, particularmente nos países andinos, têm obrigado os pesquisadores a lançar mão de novos referenciais de estudo, com destaque aos estudos pós-coloniais. Para o autor, o campo temático dos movimentos sociais coloca-se como um inequívoco desafio para as teorias sociais e um convite especial para a construção de caminhos metodológicos inéditos que podem, talvez, marcar fortemente a imaginação sociológica

Por sua vez, tratando dos “Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas”, **Cibele Rodrigues** revitaliza o conceito de “tradição” a partir de Stuart Hall. Situando seu objeto no campo de debate marxista (e pós-marxista), retoma o diálogo Gramsci-Hall a fim de traduzir a ideia funcionalista de “cultura política” para a de “cultura e política”, nascida nos *estudos culturais* que substituem a “ideologia” como falsa consciência por “estruturas de entendimento”. Isto é, interpretações, sentidos, experiências e vivências das condições materiais, o que autoriza a emergência da pluralidade de sujeitos políticos (movimentos não classistas). Assim, a cultura é entendida como “narrativa” que avaliza a autora a examinar a “tradição de revolucionários”, a saber, a inscrição de uma memória discursiva que atua como impulso para a práxis política de diversos grupos que tentam encarnar hoje a “promessa” de revolução e emancipação humana proposta por Marx. Cibele Rodrigues atenta para o contexto hostil à atuação de tais movimentos sociais, cujas práticas são comumente criminalizadas. Aponta ainda para as tensões entre a “tradição dos revolucionários” e a cultura política como manifestações coletivas dos movimentos sociais, que podem opor, não poucas vezes, o programa (a perspectiva cultural) à prática (práxis política).

Arlindo Villaschi e Ednilson da Silva Felipe, em “O Global e o Local: Interações e Conexões no Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — anotações para o debate”, trazem para o *Dossiê* a realidade capixaba sob o ponto de vista de sua inserção na economia global. Examinam, assim, ao longo dos últimos 150 anos, cinco experimentos de inserção global da economia capixaba em suas mutações e desdobramentos, a saber: o café, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Aracruz Celulose e o petróleo e gás. Ao focalizar a trajetória da cafeicultura, destacam a especificidade de sua expansão, em relação ao oeste paulista, tributário do mesmo período de expansão da cultura do café. Ocorrida em três momentos no Espírito Santo atraiu na segunda fase a imigração estrangeira (italianos e alemães) e o conseqüente aumento significativo da população estadual, além do impacto considerável na então modesta economia local. Ao tratar da Companhia Vale do Rio Doce (minério de ferro e logística), os autores salientam a emergência de outro vetor de desenvolvimento econômico no Espírito Santo, com a consolidação da empresa, já em meados de 1950, no mercado transoceânico de produção e comercialização do minério de ferro. Por outro lado, a apropriação de oportunidades internacionais é fortalecida pelo desenvolvimento de tecnologias para a produção da celulose em fibra curta a partir do eucalipto, viabilizado pela instalação, em 1979, da Aracruz Florestal (posteriormente, Aracruz Celulose). A mesma lógica de pesados investimentos — públicos e privados, nacionais e estrangeiros —, visando o atendimento de importantes demandas internacionais, segue sendo reproduzida e fortalecida com a conclusão da Companhia Siderúrgica de Tubarão, em 1984, que inaugurou o mercado de placas na área da siderurgia. Esse movimento se estendeu, ainda, pelo final da década de 90 e anos 2000, quando o Espírito Santo passa a ter um peso maior no *ranking* da produção nacional de petróleo e gás. Em seu balanço, Villaschi e Felipe observam que, em que pese às distintas temporalidades e desdobramentos, a economia capixaba conformou-se exemplarmente à lógica da multinacionalização de mercados, com a transnacionalização da produção e com a financeirização mundializada,

restando, pois, enfrentar os desafios de uma inserção mais ativa na chamada economia do conhecimento e do aprendizado.

“Mais do Mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no Sistema Capitalista Internacional”, de **André Ricardo Pereira**, prossegue a análise das conexões entre o local e o global a partir do Espírito Santo, dentro do contexto do que chama de “segundo ciclo de modernização industrial”. Isto é, a inserção subordinada das empresas que atuam no estado à lógica da expansão capitalista internacional, cujo principal exemplo hoje é dado pela China e seu modelo de modernização capitalista que, a despeito de colocá-la como potência regional, gerou os resultados mais negativos em termos de urbanização caótica, de falência dos serviços públicos e de escalada frenética da violência. Tal paralelo é traçado observando a forma como o capitalismo se desenvolve no Espírito Santo — e no Brasil —, o qual o impede de alçar a terceira revolução industrial e, ilusão do pré-sal à parte, mantém o estado como mero exportador de alimentos, de insumos, de matérias primas e de bens de consumo salário, importando tecnologia e estimulando aportes de capital especulativo. Por isso, define o estado do Espírito Santo em termos sociopolíticos como uma *oligarquia* e não uma *poliarquia*, marcada pela estratégia predatória de apropriação dos recursos públicos já escassos, avalizada pelas empresas que, com facilidade, ocupam os meios de comunicação que formam a opinião pública a seu favor. O autor insiste em sua tese “mais do mesmo” como ilustrativa da inserção capixaba e brasileira subordinada ao pior do capitalismo, enfatizando em sua análise estrutural a ausência de incentivos para uma inserção na economia da informação. Ao fim, porém, talvez como resquício de *esperança*, aposta na agência humana e nas estratégias de democratização do espaço público, desde políticas educacionais não exclusivamente voltadas para a formação de uma mão de obra industrial até o pleno acesso à internet de banda larga, sem deixar de considerar o fortalecimento das instituições políticas.

Marta Zorzal e Silva, em “Tendências contemporâneas: mais do mesmo? Ou há outras possibilidades?”, dialoga com André Ricardo Pereira e propõe uma análise estrutural mais permeada por exames mais acurados das experiências em curso no estado do Espírito Santo. Chama para seu lado Castells e Boaventura Santos que a auxiliam a vislumbrar possibilidades de emergência de novas estruturas sociais, seja através do *informacionalismo* da “sociedade em rede” ou de *processos de globalização contra-hegemônicos*. Chama atenção para arranjos locais que se contrapõem ao monolítico diagnóstico de que vivemos, os capixabas e os brasileiros, um totalitário segundo ciclo do capitalismo industrial, com a supremacia da China a definir os campos econômico e político locais. Ainda que numa outra chave analítica — agora em dimensão micro —, chama atenção não apenas para as continuidades, mas também para as discontinuidades que fazem parte dos processos históricos e das dinâmicas societais. A título de exemplo: se a política federal de erradicação do café dos anos de 1960 impôs às comunidades produtoras um pesado fardo, os descendentes dos primeiros imigrantes reagiram diferentemente a ponto de não rumarem todos para a Grande Vitória ou para a então fronteira agrícola em expansão na Amazônia. Muitos resistiram em suas regiões de origem, no interior do estado, em municípios como Colatina, Marilandia, São Gabriel da Palha e outros onde fundaram pequenas fábricas de móveis, confecções, culturas alternativas e reinventaram seu *ethos* comunitário, transformando esses municípios em importantes cadeias industriais alternativas àquela articulada em torno do grande capital externo localizada próximo a capital do estado. Apesar, pois, da forma como o global sobredeterminou a trajetória do desenvolvimento do Espírito Santo, sobretudo a partir de meados do século XX, uma racionalidade de prosperidade em redes familiares e de conhecidos, com a difusão de informações e experiências, garantia de apoio e solidariedade e a busca contínua de ter um negócio próprio não foi impedida de emergir. Um modelo hegemônico existe na resistência a outros projetos de sociedade. Neste propósito de alargar as possibilidades contra-hegemônicas de uma modernização predatória e desumanizante, a Universidade tem, para a autora, um papel ímpar e solidário a desempenhar.

Este *Dossiê* espelha a convicção do sentido da Universidade e das ciências sociais, em sentido amplo, na produção de diagnósticos competentes da realidade, assim como na elaboração de conhecimentos contra-fáticos, críticos e criativos, num só tempo. Esperamos que tenhamos, como a publicação, apontado *sinais* que atestem a relevância da produção intelectual capixaba, brasileira, latino-americana na compreensão de nossas singularidades e na real expansão dos marcos analíticos acerca da sociedade global, à qual pertencemos. Agradecemos aos convidados do I FÓRUM PRÉ-ALAS UFES e a seu público, agora, tornado todos os leitores deste número. Novos encontros manterão em nós acesa a chama da *esperança* nos movimentos teóricos que nascem para contemplar os desafios reais das transformações sociais em nosso continente e no planeta.

Vitória-ES, 1º de julho de 2011.

Adelia Miglievich Ribeiro
Marta Zorzal e Silva
Alyne dos Santos Gonçalves